

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2018

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportado ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 20.699.140,29 € de despesa paga e um total de 20.603.695,91 € de receita cobrada, no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 48.360.273,12 € e um total de fundos próprios de 19.302.970,26 €, incluindo um resultado líquido de 2.059.195,97 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. Responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
 - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral:

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 18	Grau Exec. Orç Dez 17
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	3 766 663,79	3 726 097,77	40 566,02	98,92%	3 704 420,73	62 243,06	98,35%	98,81%
2	Aquisição de bens e serviços	6 076 730,16	5 876 984,13	199 746,03	96,71%	5 551 661,04	525 069,12	91,36%	38,33%
3	Juros e outros encargos	2 090 558,00	1 930 399,62	160 158,38	92,34%	1 924 736,09	165 821,91	92,07%	6,91%
4	Transferências correntes	232 288,00	181 428,99	50 859,01	78,11%	179 678,99	52 609,01	77,35%	82,03%
5	Subsídios	25 000,00	25 000,00	0,00	100,00%	25 000,00	0,00	100,00%	96,12%
6	Outras despesas correntes	423 770,00	409 023,55	14 746,45	96,52%	394 215,80	29 554,20	93,03%	45,13%
DESPESAS CORRENTES		12 615 009,95	12 148 934,06	466 075,89	96,31%	11 779 712,65	835 297,30	93,38%	53,20%
7	Aquisição de bens de capital	6 658 339,16	6 501 960,87	156 378,29	97,65%	5 553 718,35	1 104 620,81	83,41%	13,79%
8	Transferências de capital	107 287,00	59 450,87	47 836,13	55,41%	52 463,46	54 823,54	48,90%	65,59%
9	Activos financeiros	48 470,00	48 450,00	20,00	99,96%	48 450,00	20,00	99,96%	99,85%
10	Passivos financeiros	3 362 510,81	3 268 284,83	94 225,98	97,20%	3 264 795,83	97 714,98	97,09%	27,44%
11	Outras despesas de capital	117 331,00	117 310,40	20,60	99,98%	0,00	117 331,00	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL		10 293 937,97	9 995 456,97	298 481,00	97,10%	8 919 427,64	1 374 510,33	86,65%	19,03%
TOTAL DE DESPESAS		22 908 947,92	22 144 391,03	764 556,89	96,66%	20 699 140,29	2 209 807,63	90,35%	36,74%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Liquida	Saldo	Grau Exec. Dez 18	Grau Exec. Dez 17
Cl.	Designação					
1	Impostos directos	1 156 839,25	941 244,79	-215 594,46	81,36%	88,39%
2	Impostos indirectos	17 169,00	16 002,02	-1 166,98	93,20%	98,90%
4	Taxas, multas e outras penalidades	252 617,00	85 442,25	-167 174,75	33,82%	52,16%
5	Rendimentos da propriedade	10,00	0,00	-10,00	0,00%	609,78%
6	Transferências correntes	5 957 622,00	5 763 942,94	-193 679,06	96,75%	97,11%
7	Venda de bens e serviços correntes	1 909 517,00	1 305 716,38	-603 800,62	68,38%	100,83%
8	Outras receitas correntes	12 500,00	16 951,76	4 451,76	135,61%	41,00%
RECEITAS CORRENTES		9 306 274,25	8 129 300,14	-1 176 974,11	87,35%	94,88%
9	Venda de bens de investimento	560,00	20 000,00	19 440,00	3571,43%	0,00%
10	Transferências de capital	1 766 061,97	690 790,26	-1 075 271,71	39,11%	22,04%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.
12	Passivos financeiros	11 592 681,00	11 530 422,20	-62 258,80	99,46%	0,00%
13	Outras receitas de capital	9 500,00	3 005,56	-6 494,44	31,64%	2,07%
RECEITAS DE CAPITAL		13 368 802,97	12 244 218,02	-1 124 584,95	91,59%	4,74%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	4 000,00	307,05	-3 692,95	7,68%	9467,10%
16	Saldo da gerência anterior	229 870,70	229 870,70	0,00	100,00%	100,00%
OUTRAS RECEITAS		233 870,70	230 177,75	-3 692,95	98,42%	100,72%
TOTAL DE RECEITAS		22 908 947,92	20 603 695,91	-2 305 252,01	89,94%	37,51%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Receita total / Despesa total	99,54%	102,11%	93,04%	42,63%
Receita corrente / Despesa corrente	69,01%	123,16%	66,91%	68,96%
Receita capital / Despesa capital	137,28%	32,92%	122,50%	7,78%
Despesa Pessoal / Despesa Total	17,90%	40,20%	16,83%	16,91%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	26,82%	26,67%	26,54%	26,70%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	26,83%	12,84%	29,36%	28,91%
Serviço da Dívida / Despesa Total	15,77%	9,40%	14,76%	13,65%
Receitas próprias / Despesa Total	12,65%	31,91%	11,82%	13,32%
Transferências recebidas / Despesa Total	31,18%	70,20%	29,15%	29,31%
Juros e outros encargos / Despesa Total	9,30%	1,49%	8,72%	8,77%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	dez/18	dez/17
Receitas próprias / Receita total	12,71%	31,25%
Transferências recebidas / Receita Total	31,33%	68,75%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa acima, verifica-se que a execução do orçamento da despesa corrente se situa em 93,38%, o que representa crescimento significativo de 40,18 p.p. em relação ao verificado em igual período do ano anterior (53,20%). De referir que, na ótica da despesa paga, as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e juros e outros encargos representam cerca de 94,92% das despesas corrente (em 2017 este indicador era de 91,10%), pelo que tendencialmente a evolução da sua execução influencia a execução da despesa desta natureza. Contudo, se considerarmos a ótica dos compromissos assumidos, os itens de despesa identificados representam 94,93% das despesas correntes (93,60% no final de 2017).

Nos termos do referido no ponto anterior, a execução orçamental das despesas com o pessoal apresenta-se bastante próxima do valor orçamentado (execução de 98,35% e 0,46 p.p. abaixo do verificado em igual período do ano anterior).

Com reporte à aquisição de bens e serviços, o grau de execução orçamental de 91,36% manifesta-se 53,03 p.p. acima do verificado em igual período do exercício anterior. Verifica-se que as dotações corrigidas para os diversos itens desta rubrica apresentam montantes pouco superiores às despesas pagas, o que contribui para que este indicador evidencie um grau de execução elevado, destacando-se os valores em dívida associados à aquisição de água para distribuição aos Municípios do concelho e os valores em dívida pela aquisição de trabalhos especializados, situações em que as dotações corrigidas são 1.795.293,00 € e

1.946.937,25 €, respetivamente, e os compromissos por pagar de 56.063,69 € e 120.523,82 €, respetivamente.

Adicionalmente, a rubrica de juros e outros encargos também apresentava, no ano anterior, um grau de execução orçamental que se poderia considerar abaixo do expectável (6,91%), tendo apresentado um crescimento notório de 85,16 pontos percentuais, alcançando assim 92% do orçamentado para 2018. Este facto está associado ao programa de Saneamento Financeiro implementado no decorrer do ano de 2018.

No que se refere às “Transferências correntes”, cuja execução orçamental foi de 77,35% (que compara com 82,03% em 2017), os itens mais significativos, correspondem a transferências para Instituições sem fins lucrativos (78.690,63 € que representam 43,80% do total de despesa paga desta rubrica) e transferências para famílias com um total de 57.113,19 € face aos 64.604,00 € de dotações corrigidas.

Quanto às rubricas relacionadas com despesas de capital, a aquisição de bens de capital e as transferências de capital apresentam graus de execução orçamental de, respetivamente, 83,41% e 48,90%, ficando a aquisição de bens de capital 69,62 p.p. acima do verificado em igual período do ano anterior e, as transferências de capital, 16,69 p.p. abaixo do verificado no período anterior. No que se refere à aquisição de bens de capital destaca-se a aquisição de habitação social, situação que resulta da liquidação da dívida associada àquele ativo ao fornecedor “Manuel Rodrigues Gouveia, S.A.”, facto só possível com o programa de Saneamento Financeiro.

A execução da aquisição de bens de capital encontra-se afetada, maioritariamente, pelo saldo orçamental dos investimentos em escolas (no valor de 419.199,56 €), dos investimentos em equipamento informático (no valor de 129.531,54 €) e dos investimentos com infraestruturas consideradas em bens de domínio público (estações de tratamento de águas residuais e viadutos, arruamentos e obras complementares, no valor de 307.116,10 €).

No que respeita às transferências de capital, estas encontram-se afetadas pelo baixo grau de execução referente a transferências para “Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras - Privadas” (58,56% em 2018) e para “Instituições Sem Fins Lucrativos” (23,82% em 2018). Relativamente aos passivos financeiros, verifica-se um grau de execução, em dezembro de 2018, de (97,09%) e com um crescimento exponencial face ao mesmo período do ano transato (27,44%), sendo a rubrica de “Empréstimos de médio e longo prazo a instituições financeiras – Bancos e outras instituições” a que mais afeta, com um montante de 2.929.871,43 € de despesas pagas face aos 3.027.585,81 € de dotações corrigidas para 2018 (representando um grau de execução de 96,77%).

Com a exceção do orçamento relativo às transferências correntes, que apresentam um grau de execução orçamental mais afastado do previsto (execução de 77,35% das dotações corrigidas) e as transferências de capital (apresentam um grau de execução de 48,90%), todas as restantes rubricas, por força do já

referido, apresentam graus de execução orçamental elevados, contribuindo de forma decisiva para o bom desempenho da execução global do orçamento da despesa que foi de 90,35% contra 36,74% em 2017.

De uma forma genérica, os graus de execução orçamental da despesa encontram-se relacionados com o volume de despesa paga em relação ao valor das dotações corrigidas para a despesa resultante do acumulado dos compromissos assumidos. Para esta situação contribuiu decisivamente a concretização de um programa de "Saneamento Financeiro", facto que justifica a evolução comparativa da execução da orçamental da despesa e a consolidação do passivo.

- 7.** Na análise da execução orçamental da receita, verifica-se um grau de execução de 87,35% (que compara com 94,88% verificados no ano anterior) na receita corrente e de 91,59% na receita de capital (compara com 4,74% em igual período de 2017).

No que se refere à receita corrente, a variação apresentada resulta do decréscimo da execução obtida ao nível da "Venda de bens e serviços correntes" (execução orçamental de 100,83% em 2017 para 68,38% em 2018) consequência dos modestos graus de execução referentes à "Venda de Mercadorias" (60,99%), a "Serviços Específicos das Autarquias" (84,81%) e a "Rendas" (52,80%).

As transferências correntes apresentam um grau de execução orçamental que, tal como no ano de 2017, se aproxima das previsões (96,75% em 2018 que compara com 97,11% em igual período do exercício anterior) essencialmente justificado com as transferências referentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro que representa 85,83% das "transferências correntes" e um grau de execução de 100%.

Com reporte à execução da receita de capital, esta apresenta um grau de execução de 91,59% (contra 4,74% em 2017), essencialmente justificado com a substancial evolução do grau de execução referente a empréstimos de médio e longo prazo - sociedades financeiras (99,46% em 2018 contrapondo os 0,00% de 2017 - financiamentos decorrentes do programa de Saneamento Financeiro). Importa ainda referir que as transferências de capital foram executadas em valores abaixo daqueles que seriam expectáveis para o ano (39,11%, ainda assim superiores aos 22,04% em 2017), facto associado à obtenção de verbas associadas aos projetos cofinanciados para fazer face a beneficiações de conta do município em bens do seu património, sendo que, sobre este item da receita foram previstos 1.213.885,97 € de receita e cobrados 139.614,26 €, o que revela um grau de execução orçamental de 11,50%. Contudo, as transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado (FEF) obtiveram execução de 100%.

- 8.** A receita corrente soma 8.129.300,14 € (que compara com 8.261.995 € em 2017) e as despesas correntes 11.779.712,65 (que compara com 6.708.610 € em 2017), pelo que, na ótica da despesa paga as despesas desta sofreram uma redução do grau de cobertura, ao invés do sucedido em 2017 (69,01% contra 123,16% em 2017). Na ótica da despesa comprometida, embora de menor relevância, verifica-se também uma

diminuição do indicador (66,91% contra 68,96% em 2017), também contrariamente ao que se verificou em 2017, quando comparado com 2016.

Atendendo à relação receitas de capital/despesas de capital, e considerando a variação elevadíssima das receitas de capital face a 2017 (12.244.218,02 € de receita em 2018 contra 734.160 € em 2017), a cobertura da despesa de capital pelas receitas da mesma natureza é de 137,28% em 2018 (a passo que em 2017 era de 32,92%) na ótica da despesa paga e 122,50% (contra 7,78% em 2017) na ótica da despesa comprometida.

Globalmente, as receitas totais e as despesas totais sofreram um aumento de, respetivamente, 11.476.616,70 € e 11.760.420,06 € face a 2017. Uma vez que existe maior acréscimo da despesa total em relação à receita total, o grau de cobertura da despesa total pela receita total é de 99,54% em 2018 (contra 102,11% em 2017) na ótica da despesa paga e 93,04% em 2018 (face aos 42,63% em 2017) na ótica da despesa comprometida.

- 9.** A execução do orçamento da receita atingiu 89,94%, facto que compara com execução de 37,51% em 2017, o que equivale a um volume de receita cobrada de, respetivamente, 20.603.95,91 € e 9.127.079,21€. Para o efeito, e conforme acima referido, a execução do Programa de Saneamento Financeiro justifica a evolução apresentada, cabendo aos passivos financeiros a quota-parte de 56% da receita cobrada em 2018.
- 10.** As receitas próprias somam o montante de 2.618.540,51 € (menos 233.534,39 € que o verificado em igual período do exercício anterior) dado, essencialmente, o efeito do decréscimo das receitas provenientes dos impostos diretos (1.259.555,57 € em 2017 e 941.244,79 € em 2018).
- 11.** A despesa comprometida em 2018 mostrou-se superior em 1.540.695,12 € euros em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 12.285.209,76 € no final de 2017, constituindo assim um indicador positivo e cuja evolução só foi possível com a contratação do programa de Saneamento Financeiro.

ANÁLISE ECONÓMICA

13. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2018	%	2017	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	935 105,92	8,13%	992 604,40	10,28%
72	Impostos e taxas	1 048 419,26	9,11%	1 347 565,10	13,96%
73	Proveitos Suplementares	373 438,74	3,25%	324 650,34	3,36%
74	Transferências e subsídios obtidos	6 280 887,68	54,60%	6 162 955,90	63,82%
75	Trabalhos para a própria entidade	4 104,95	0,04%	15 694,85	0,16%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	4 190,46	0,04%	473,01	0,00%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2 857 249,75	24,84%	812 553,71	8,41%
TOTAL DE PROVEITOS		11 503 396,76	100,00%	9 656 497,31	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2018	%	2017	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	387 095,76	4,10%	370 156,88	4,27%
62	Fornecimentos e serviços externos	2 164 290,49	22,92%	2 214 834,88	25,54%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	188 717,18	2,00%	244 158,12	2,82%
64	Custos com o pessoal	3 646 250,77	38,61%	3 573 394,43	41,21%
65	Outros custos e perdas operacionais	51 562,32	0,55%	81 199,10	0,94%
66	Amortizações do exercício	1 415 403,86	14,99%	1 351 345,32	15,58%
67	Provisões do exercício	810 850,99	8,59%	5 477,52	0,06%
68	Custos e perdas financeiros	526 175,14	5,57%	358 748,41	4,14%
69	Custos e perdas extraordinários	253 854,28	2,69%	472 698,41	5,45%
TOTAL DE CUSTOS		9 444 200,79	100,00%	8 672 013,07	100,00%

14. A estrutura de proveitos sofreu um acréscimo face a igual período do ano anterior de 1.846.899 € - 19%, situação que se encontra especialmente associada aos acréscimos verificados na rubrica de “Proveitos e Ganhos Extraordinários”.

Deste modo, a rubrica de “Proveitos e Ganhos Extraordinários” regista em 2018 a redução de provisões pelo montante de 1.737.831,94 € pelo facto de as situações que as motivaram já não se verificarem, reportando a sua origem a anos anteriores.

Tendo como referência as “Vendas e prestações de serviços” o decréscimo de 57.498 € (menos 0,058%) face ao verificado em 2017, é resultante do decréscimo de receitas provenientes da venda de água (menos 20.831 €), saneamento e resíduos sólidos (menos 18.050 €) e transportes escolares e mercadorias (menos 8.932 €).

Quanto à rubrica de “Impostos e Taxas”, o decréscimo de 299.146 € (menos 0,22%) em relação ao verificado em 2017 é justificado com redução do Impostos Municipal sobre Imóveis (menos 139.130 €), Derrama (menos 12.772 €) e Imposto Único de Circulação (menos 4.764 €) ligeiramente compensado pelo “IMT” (acrécimo de 65.036 €). Além do referido, importa salientar o decréscimo da receita com impostos indiretos (menos 6.270 €), assim como a devolução de IMI (217.006 € – que compara com 5.941 € em 2017) por força da inconstitucionalidade declarada sobre a cobrança deste imposto relativo aos parques eólicos.

No que se refere às “Transferências e subsídios Obtidos”, verifica-se um acréscimo de 117.932 € (mais 0,19%) resultante de maiores valores obtidos das transferências ao nível do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Municipal e Fundos e Serviços Autónomos).

Relativamente aos “Trabalhos para a própria entidade” encontram-se refletidas as situações relacionadas com o aumento da vida útil ou construção de bens do património através de recursos humanos e equipamentos do Município, assentando a sua valorização na mão de obra, maquinaria e materiais aplicados.

A rubrica de “Proveitos e ganhos financeiros” corresponde a juros obtidos por saldos em contas à ordem assim como os dividendos atribuídos pela Resiestrela (4.038 €), situação só registada em 2018, uma vez que o Município nunca efetuou o pagamento da participação de capital, pese embora a participada tenha considerado o Município como titular de capital, abatendo ao valor do capital não realizado pelo Município os dividendos que entretanto tem vindo a atribuir (o valor atribuído em anos anteriores está registado na conta de proveitos e ganhos extraordinários).

- 15.** No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um acréscimo de 772.187 € (8,9%) em relação ao verificado em dezembro de 2017. Das variações existentes importa destacar os acréscimos ao nível das “Custos com o pessoal” (mais 72.856 € - 2%), “Amortizações do exercício” (mais 64.059 € - 4,7%) e “Custos e perdas financeiros” (mais 167.426 € - 4,7%), “Provisões do exercício” (mais 805.373 €, por força de encargos estimados, em junho de 2018, com a dívida existente à empresa Manuel Rodrigues Gouveia e entretanto anulados após acordo de liquidação total da dívida em resultado dos financiamentos obtidos a partir do Saneamento Financeiro) e custo das matérias vendidas e consumidas (mais 16.939 €) sendo que todas as restantes rubricas apresentaram acréscimo quando comparadas com igual período do ano anterior.

Com referência a "Custos e perdas extraordinários", o decréscimo identificado é de 218.844 € e está essencialmente relacionado com menores transferências de capital (menos 130.176 €) e com menor efeito de correções de custos de períodos anteriores (menos 48.556 €).

No que se refere às "Amortizações do Exercício", o acréscimo de valor está relacionado com a entrada em funcionamento de novos bens de investimento.

Ao nível dos "Custos e perdas financeiros", face ao verificado em dezembro de 2017, assistimos a um acréscimo de 167.427 €, sendo que, mantendo-se os critérios de registo dos juros constantes com os verificados em períodos passados (adequada aplicação do princípio da especialização dos exercícios), esta situação justifica-se com a contratação dos empréstimos bancários associados ao Plano de Saneamento Financeiro.

Atentando na rubrica de "Provisões do exercício", esta apresenta variação significativa face a dezembro de 2017 (mais 805.373 €), estando as mesmas relacionadas com situações de riscos e encargos expectáveis no final do primeiro semestre de 2018 relacionados com a empresa Manuel Rodrigues Gouveia e com situações de cobranças duvidosas de valores a receber de água e saneamento básico, sendo que os valores apurados resultam das regras estipuladas pelo POCAL. Tal como acima referido, a conta de Proveitos extraordinários regista a anulação de grande da estimativa efetuada, assentando em acordos estabelecidos com as entidades credoras aquando do pagamento integral das dívidas.

Analisando a rubrica de "Outros custos e perdas operacionais", identifica-se um decréscimo de 29.637 €, situação essencialmente relacionada com a relevação de custos, em 2017, relacionados com a EMCEL e já não existentes em 2018. Esta rubrica regista impostos e taxas suportados e quotizações a favor de associações de índole Municipal.

Ao nível da rubrica de "Transferências e subsídios correntes", verifica-se um decréscimo de 55.441 € (menos 22,71%) que se justifica, especialmente, com o decréscimo de transferências para entidades sem fins lucrativos, famílias e freguesias.

O acréscimo identificado no "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" (mais 16.939 € - 4,6%) está associado ao acréscimo do consumo de materiais no decurso da atividade Municipal.

No que se refere aos "Custos com o pessoal", estes representam 39% da estrutura de custos (contra 41% no período homólogo), sendo o item de maior relevância nos custos do Município. A variação apresentada é diminuta face ao verificado em 2017 (mais 90.857 €) e estará relacionada com o descongelamento das progressões nas carreiras e com as atualizações de salário mínimo.

No que se refere às rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, comparativamente com dezembro de 2017, a evolução consta do seguinte:

Conta	Designação	Saldos em 31 de Dezembro de		Variação	
		2018	2017	Absoluta	%
62211	Electricidade	207 294,23 €	186 893,01 €	20 401,22 €	10,92%
62212	Combustíveis	151 330,94 €	136 827,98 €	14 502,96 €	10,60%
62214	Outros fluidos	12 078,18 €	9 274,06 €	2 804,12 €	30,24%
62215	Ferramentas e Utensílios de	26 951,35 €	15 334,69 €	11 616,66 €	75,75%
62216	Livros e documentação técnica	1 111,02 €	1 972,31 €	- 861,29 €	-43,67%
62217	Material de escritório	10 741,21 €	14 339,93 €	- 3 598,72 €	-25,10%
62218	Artigos para oferta	- €	440,75 €	- 440,75 €	-100,00%
62219	Rendas e alugueres	128 105,06 €	138 382,22 €	- 10 277,16 €	-7,43%
62221	Despesas de representação	6 975,76 €	18 185,86 €	- 11 210,10 €	-61,64%
62222	Comunicação	43 174,83 €	50 052,64 €	- 6 877,81 €	-13,74%
62223	Seguros	59 255,02 €	51 212,26 €	8 042,76 €	15,70%
62225	Transportes de mercadorias	- €	123,00 €	- 123,00 €	-100,00%
62226	Transportes de pessoal	1 242,82 €	- €	1 242,82 €	0,00%
62227	Deslocações e estadas	16,60 €	- €	16,60 €	0,00%
62229	Honorários	32 933,50 €	62 515,47 €	- 29 581,97 €	-47,32%
62231	Contencioso e notariado	6 789,33 €	120,00 €	6 669,33 €	5557,78%
62232	Conservação e reparação	166 271,58 €	143 548,51 €	22 723,07 €	15,83%
62233	Publicidade e propaganda	6 436,16 €	7 300,77 €	- 864,61 €	-11,84%
62234	Limpeza, higiene e conforto	9 244,75 €	12 572,81 €	- 3 328,06 €	-26,47%
62235	Vigilância e segurança	569,77 €	- €	569,77 €	0,00%
62236	Trabalhos especializados	615 006,75 €	655 614,55 €	- 40 607,80 €	-6,19%
62237	Tratamento de resíduos sólidos	114 603,93 €	134 835,65 €	- 20 231,72 €	-15,00%
62238	Transportes Escolares	85 502,31 €	101 490,98 €	- 15 988,67 €	-15,75%
62239	Saneamento	89 657,52 €	80 779,87 €	8 877,65 €	10,99%
62290	Encargos de cobrança	21 444,81 €	32 511,78 €	- 11 066,97 €	-34,04%
62298	Outros FSE's	367 553,06 €	360 505,78 €	7 047,28 €	1,95%
Totais		2 164 290,49 €	2 214 834,88 €	- 50 544,39 €	-2,28%

Das variações mais significativas constantes do quadro acima, importa referir o seguinte:

- Eletricidade e combustíveis: o acréscimo identificado está relacionado com a atualização de tarifas (eletricidade) e acréscimo de preços (combustíveis) face ao verificado em 2017;
- Honorários: essencialmente serviços jurídicos externos e notariado com registos de imóveis do Município;
- Conservação e reparação: os valores mais significativos, além de reparações de bens do Município, destaca-se a conservação do lago da estação que pertence à REFER;
- Trabalhos Especializados: em 2017 verificou-se a circunstância adicional da comparticipação do Município nas candidaturas da associação Aldeias Históricas de Portugal;
- Encargos de cobrança: relacionado com os valores cobrados pela Administração Tributária na cobrança dos impostos Municipais.

16. Conjugando os efeitos das situações descritas nos parágrafos anteriores, o acréscimo de proveitos é largamente superior ao acréscimo de custos do período, facto que justifica a apresentação de um

resultado líquido positivo de 2.059.195,97 €, facto que constitui, em relação a igual período do ano anterior, um acréscimo ao nível do desempenho económico e financeiro do Município uma vez que no período homólogo comparativo, o resultado líquido atingido foi de 984.484,24 €.

ANÁLISE FINANCEIRA

17. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/18	%	dez/17	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	202 948,50	81,88%	223 120,35	45,83%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	2 420,43	0,98%	3 980,36	0,82%
24	Estado e outros entes públicos	7 814,40	3,15%	7 509,89	1,54%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	34 678,47	13,99%	252 275,98	51,81%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	247 861,80	100,00%	486 886,58	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	247 861,80	100,00%	486 886,58	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/18	%	dez/17	%
2311	Empréstimos de curto prazo	1 660 080,73	10,08%	1 761 140,78	9,81%
221	Fornecedores c/c	852 904,75	5,18%	4 052 545,21	22,58%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	136 992,72	0,83%	140 906,35	0,79%
217	Clientes e utentes c/cauções	0,00	0,00%	27 762,18	0,15%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	316 687,83	1,92%	4 484 646,01	24,99%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	68 312,49	0,41%	0,00	0,00%
24	Estado e outro entes públicos	532 459,93	3,23%	601 708,43	3,35%
262+263+267+268	Outros credores	340 774,46	2,07%	2 503 506,00	13,95%
	Total Curto Prazo	3 908 212,91	23,73%	13 572 214,96	75,61%
2312	Dívidas a instituições de crédito	12 548 194,45	76,18%	4 183 155,77	23,31%
2689	Outros credores	16 150,00	0,10%	193 798,52	1,08%
	Total Médio Longo Prazo	12 564 344,45	76,27%	4 376 954,29	24,39%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	16 472 557,36	100,00%	17 949 169,25	100,00%

18. As dívidas a receber apresentam um decréscimo, face ao igual período do ano anterior de 239.025 € (menos 49%) quando comparados com o termo do exercício anterior. A variação identificada está

relacionada com o decréscimo generalizado dos saldos de devedores, com exceção do saldo relativo ao Estado e outros entes públicos. A justificação para o decréscimo verificado está relacionada com as rubricas de outros devedores onde a variação identificada é de um decréscimo de 218.598 €, facto associado à regularização do saldo de "OT por compensar".

- 19.** No que se refere às dívidas a pagar, comparativamente com dezembro de 2017, destaca-se o decréscimo do passivo global (englobando o curto e o médio e longo prazo) em 1.476.612 € (menos 8,2%). As dívidas relacionadas com fornecedores (de bens correntes e de imobilizado) e outros credores apresentaram, no seu conjunto, um decréscimo de 9.465.931,32 €, em resultado da execução do Plano de Saneamento Financeiro no decorrer do segundo semestre de 2018. Adicionalmente, por imposição legislativa, foram reformuladas as contribuições para o FAM (Fundo de Apoio Municipal), facto que justifica a redução do passivo do Município em relação a esta entidade em mais 177.648,52 €. Em sentido inverso, e assente nos financiamentos contratados em resultado do Saneamento Financeiro, o endividamento bancário global (curto prazo e médio e longo prazo) apresenta um acréscimo de 8.263.978,63 €.

A diminuição da dívida ao "Estado e outros entes públicos" encontra-se relacionada com o cumprimento do plano de pagamento com a ADSE.

- 20.** No âmbito da **Lei das Finanças Locais** (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) **Capítulo V**, verifica-se que:

- a)** A informação obtida a partir da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) reportada a 31 de dezembro de 2018, aponta o Município como tendo um montante em excesso de dívida no valor de 3.825.950 € (que compara com 5.220.944 € em dezembro de 2017). Contudo, importa salientar que o Município procedeu à redução do excesso de endividamento em 26,72%, indo de encontro a práticas já ocorridas em períodos anteriores. Importa referir que, nos termos do n.º 1 do artigo 93.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro), as entidades incluídas no subsector da administração local, reduzem no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2016.

Importa referir que a informação da DGAL tem carater provisório, só se tornando definitiva após prestação de contas de todas as entidades que relevam para efeitos de cálculo do endividamento Municipal, pelo que os valores apresentados poderão sofrer ajustamentos em resultado de informações mais recentes.

- b)** Adicionalmente, a dívida total demonstrada na ficha do Município reportada ao quarto trimestre de 2018 obtida da DGAL, permite aferir pelo não cumprimento do n.º 1 do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, razão pela qual o Município continua obrigado, em cada ano, ao cumprimento da redução de 10% do excesso de endividamento.
- c)** O excesso de endividamento e a existência de créditos de terceiros já largamente vencidos em resultado do acumulado de situações de vários anos anteriores, cuja regularização só ocorreu no segundo semestre de 2018 pela realização do Plano de Saneamento Financeiro, justificam que o prazo médio de pagamentos seja de 455 dias (em 31 de dezembro de 2017) e de 637 dias com reporte a 31 de dezembro de 2018.
- d)** Considerando a execução do Plano de Saneamento Financeiro, é expectável que em 2019 os prazos médios de pagamentos venham a ser substancialmente reduzidos, isto é, para menos de 90 dias.
- e)** Nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) e correspondente regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho), a título informativo, refere-se que:
 - i) Os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis (n.º 2 artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 17/2012 de 21 de junho), situação devidamente demonstrada no mapa de “Fundos Disponíveis” obtido a partir do sítio na internet na DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais). Deste modo, com reporte a dezembro de 2018, os fundos disponíveis ascendiam a 2.389.781,82 €;
 - ii) Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de cumprimento do artigo 7.º da LPCA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior.

Viseu, 12 de abril de 2019

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102